



116

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIME Nº 329197-6

ORIGEM: 2ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão-PE

APELANTE: HELTON FÉLIX DE SOUZA

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). Euclydes Ribeiro de Moura

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART.129, § 9º E ART.147, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, ART.21 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIAS, TODOS C/C O ART.5º, I E III DA LEI Nº11.340/2006. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. RECONHECIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART.119 DO CP. NO CASO DE CONCURSO DE CRIMES, A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE INCIDIRÁ SOBRE A PENA DE CADA UM, ISOLADAMENTE. APÓS A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA (28/04/2011) PASSARAM-SE MAIS DE TRÊS ANOS ATÉ O JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. A PRETENSÃO ESTATAL FOI ATINGIDA PELA PRESCRIÇÃO, O QUE ACARRETA A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO ACUSADO. PRELIMINAR ACOLHIDA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CRIMINAL nº329197-6, em que figuram como partes as acima qualificadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 2 / 7 / 2014, à unanimidade de votos, em **acolher a preliminar de prescrição da pretensão punitiva estatal e, via de consequência, extinguir a punibilidade do acusado HELTON FELIX DE SOUZA**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 2 de 07 de 2014.


Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIME Nº 329197-6

ORIGEM: 2ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão-PE

APELANTE: HELTON FÉLIX DE SOUZA

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). Euclides Ribeiro de Moura

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação em face da sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão-PE, fls.68/76, que condenou o apelante, HELTON FELIX DE SOUZA, como incurso nas sanções do art.129, § 9º e art.147, ambos do Código Penal, com relação à vítima Jeane Conceição da Silva, e art.21 da Lei de Contravenções Penais, em relação à vítima Dalila Rosa da Silva, todos c/c o art.5º, I e III da Lei nº11.340/2006.

O magistrado de origem fixou a pena de **6 (seis) meses de detenção**, para o crime de lesão corporal, e **3 (três) meses de detenção**, para o crime de ameaça, ambos em relação à vítima Jeane Conceição da Silva.

No tocante à contravenção penal de vias de fato em relação à vítima Dallila Rosa da Silva, o juízo *a quo* fixou a pena de **3 (três) meses de prisão simples**.

Inconformado, o apelante apresentou razões de apelação, fls.87/89, requerendo a absolvição, sob o argumento de ausência de provas para um decreto condenatório.

Contrarrazões do Ministério Público suscitando, preliminarmente, a prescrição da pretensão punitiva estatal. No mérito, requereu o não provimento do recurso. (fls.92/97)

No mesmo sentido, o parecer da Procuradoria de Justiça opinando pelo acolhimento da preliminar de prescrição e, no mérito, pelo não provimento do apelo.

É o relatório. Inclua-se na pauta.

Recife, 25 de 04 de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva
Des. Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIME Nº 329197-6

ORIGEM: 2ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão-PE

APELANTE: HELTON FÉLIX DE SOUZA

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). Euclides Ribeiro de Moura

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

VOTO DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

Primeiramente, cumpre analisar a preliminar de prescrição da pretensão punitiva Estatal, quanto aos crimes imputados ao apelante, HELTON FELIX DE SOUZA, art.129, § 9º e art.147, ambos do Código Penal, com relação à vítima Jeane Conceição da Silva, e art.21 da Lei de Contravenções Penais, em relação à vítima Dalila Rosa da Silva, todos c/c o art.5º, I e III da Lei nº11.340/2006.

O réu foi condenado, nos termos do art.129, § 9º e art.147, ambos do Código Penal, com relação à vítima Jeane Conceição da Silva, e art.21 da Lei de Contravenções Penais, em relação à vítima Dalila Rosa da Silva.

Consoante dito no relatório, o magistrado de origem fixou a pena de **6 (seis) meses de detenção**, para o crime de lesão corporal, e **3 (três) meses de detenção**, para o crime de ameaça, ambos em relação à vítima Jeane Conceição da Silva. No tocante à contravenção penal de vias de fato em relação à vítima Dallila Rosa da Silva, o juízo *a quo* fixou a pena de **3 (três) meses de prisão simples**.

Sabe-se que, o art.119 do Código Penal prevê que, no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um dos delitos, isoladamente¹.

¹ PENAL - FALSIDADE IDEOLÓGICA - CONTRATO SOCIAL - DOCUMENTO PARTICULAR E NÃO PÚBLICO - FALSIDADE INSERIDA NO CONTRATO ORIGINÁRIO E SUAS ALTERAÇÕES - PRESCRIÇÃO QUE DEVE SER EXAMINADA EM RELAÇÃO A CADA UM DOS CRIMES ISOLADAMENTE - PRESCRIÇÃO JÁ OCORRIDA - RECURSO PROVIDO PARA DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE, DETERMINANDO O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. O contrato social, ainda que devidamente registrado, com a finalidade de lhe dar publicidade, não constitui, para fins penais, documento público e sim documento particular. Documento público, para fins penais é aquele emitido, na sua origem por funcionário público, de qualquer dos Poderes, no exercício de suas funções. Documentos públicos por equiparação, para fins penais são os previstos nos parágrafos 2º, 3º e 4º, do artigo 297 do Código Penal, não podendo ser ampliado o rol ali existente. No caso de concurso de crimes, a prescrição deve incidir sobre cada um dos delitos, isoladamente, podendo alcançar prazo anterior ao recebimento da denúncia. O crime do artigo 299, c/c o artigo 297, ambos do Código Penal, prescreve em oito anos. Recurso provido para reconhecer a prescrição e determinar o trancamento da ação penal. (STJ - RHC: 24674 PR 2008/0227983-2. Relator: Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), Data de Julgamento: 19/02/2009, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/03/2009)

PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO SIMPLES CONSUMADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO -EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM VIRTUDE DA



118

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Assim sendo, passa-se à análise da prescrição com relação a cada um dos crimes, considerando as penas isoladamente, ou seja, 6 meses de detenção, 3 meses de detenção e 3 meses de prisão simples.

A teor do art.109, inc.VI do Código Penal, o crime prescreve em 3 (três) anos se o máximo da pena é inferior a um ano.

Compulsando os autos, observa-se que a denúncia foi recebida em 30 de março de 2010, fl.38. A sentença condenatória foi publicada em 28 de abril de 2011, fl.77.

Dito isso, é importante frisar que entre a data da publicação da sentença (30/03/2010) e a presente data, passaram-se mais de três anos e, portanto, a pretensão estatal para todos os crimes foi atingida pela prescrição da pretensão punitiva.

Assim sendo, voto no sentido de **acolher a preliminar** suscitada, para reconhecer a prescrição da pretensão punitiva do Estado e, via de consequência, declarar a **extinção da punibilidade de HELTON FÉLIX DE SOUZA**.

É como voto.

Recife, 2 de 07 de 2014.

Antônio Carlos Alves da Silva
Des. Relator

MENORIDADE DO CRIMINOSO AO TEMPO DO CRIME - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 115 DO CÓDIGO PENAL - ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO SOB A PENA DE CADA CRIME EM CONCURSO MATERIAL - PRESCRIÇÃO RETROATIVA VERIFICADA. ORDEM CONCEDIDA. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR ANTERIORMENTE DEFERIDA. (1) O habeas corpus é meio idôneo para que seja declarada extinta a punibilidade de fato criminoso em virtude da prescrição. (2) Considerando-se que, no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre cada um deles, isoladamente (CP, art. 119), e que, em se tratando de réu menor de vinte um anos à data do crime, conta-se o prazo prescricional pela metade (CP, art. 115), é de rigor que se conceda o Habeas Corpus, declarando-se extinta a punibilidade pelo advento da prescrição retroativa. (TJ-PR - HC: 3896284 PR 0389628-4, Relator: Oto Luiz Sponholz, Data de Julgamento: 08/03/2007, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: DJ: 7343, undefined)
